



# O livro da revelação divina em Santa Cruz de Coimbra

Consultor Científico

 **José Francisco Meirinhos**

Professor Catedrático, Diretor do Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

 fundo de códices ou livros manuscritos do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, acolhidos desde 1834 na Biblioteca Pública do Porto, fundada apenas no ano anterior, constitui um dos mais importantes legados da cultura escrita e da leitura em Portugal durante a Idade Média. O códice 1 de Santa Cruz, imponente pelas dimensões, pela escrita, pela decoração e pelo texto que transmite, testemunha bem o lugar da leitura da *Sagrada Escritura* na vida quotidiana e na formação dos membros da comunidade religiosa, que tem continuidade nos códices que o acompanham nesta exposição. A história destes códices é longa e revela a relação dos livros com a vida quotidiana no Mosteiro, mas também como nele os livros se interligam pela leitura contínua, pelo saber e pela meditação.

## PRIMÓRDIOS E FUNDAÇÃO

 Mosteiro de Santa Cruz, fundado antes da nacionalidade, em 1131, foi durante séculos uma das mais poderosas instituições da nação. Os dois primeiros reis de Portugal, que estão lá sepultados, sustentaram a fundação e crescimento do Mosteiro, apoiando-se no seu saber para consolidar o poder régio, estruturar a administração e a chancelaria régia, escolher os clérigos para as

diferentes posições na hierarquia da igreja e do reino. A influência do Mosteiro prolongar-se-ia bem para lá do século XII, embora o seu prestígio e autoridade fossem muito desiguais ao longo do tempo, com períodos de decadência de costumes e de autoridade, que suscitaram sucessivos movimentos de reforma. Desde a fundação que o Mosteiro assume a tarefa da escrita da sua própria história, para engrandecer o papel dos seus fundadores e do Mosteiro na cristianização do reino e aumentar a sua influência espiritual e material. A *Escada do Céu*, ou *Fragmentos das Crónicas de Santa Cruz (Núcleo 5, n.º 3)*, extensa obra escrita por D. José de Cristo meio milénio depois, em 1623-1624, estabelece a ligação entre a fundação do mosteiro e a vida espiritual e religiosa dos cônegos cruzios, cada uma realizando a outra (cf. texto de M. Leite).

 Mosteiro é fundado em 1131 e pouco depois a comunidade decide viver sob a *Regra* atribuída a Santo Agostinho, teólogo e apologeta cristão do final do período romano que escreveu vários textos de direção para a vida monástica. No regresso de uma viagem à cúria papal, D. Telo e D. João Peculiar acolhem-se no Mosteiro de S. Rufo de Avinhão de cônegos regantes de Santo Agostinho, estabelecendo com esse mosteiro uma relação que influenciará a organização, o modo de vida, o perfil espiritual e de leituras, mas também de fabrico e decoração de códices, do mosteiro de Coimbra. (Cf. texto de A. F. Frias).

## A VIDA EM COMUNIDADE

A vida das comunidades de cónegos regrentes é regida pela *Regra* mas também *Costumeiro* ou *Liber ordinis*, textos regulatórios que distribuem atividades específicas por cada hora do dia, cada dia da semana, cada semana do mês e cada mês do ano. Tudo decorre em ciclos que se repetem iguais, sempre e sempre, sem momentos deixados ao improviso ou à dispersão. Essa é a razão pela qual encontramos tantos calendários em tantas obras diferentes de Santa Cruz, sobretudo em livros do ofício divino, saltérios, costumeiros, missais ou outros livros de leituras que têm de ser ciclicamente repetidas, com variações reguladas por esses calendários onde se anotam festas, dias de santos e outras datas comemorativas. Também a administração de património, a distribuição de tarefas e de dignidades na hierarquia interna do mosteiro são regulados pelo *Costumeiro* e pela *Regra*.

O *Costumeiro* (Núcleo 5, n.ºs 1 e 2) adotado em Santa Cruz tem por base o texto atribuído ao Abade Lethberto de S. Rufo de Avinhão e começa assim:

Chamamos a este livro *Ordem* visto que, com a ajuda de Deus, nos dispomos a escrever aqui, ordenadamente, como devem ser realizados de forma solícita, de dia e de noite, os divinos ofícios, de que maneira e em que tempo se devem ler os livros e as «histórias» na igreja e, de igual modo, se devem ler os livros, homilias e sermões, à mesa, e de que modo, religiosa e honestamente, se devem conduzir os cónegos (*fratres*) na igreja e no claustro, assim como no capítulo e no refeitório, segundo o modo e as instituições determinadas pelos santos Padres. (Cap. 1, repetido no cap. 290; trad. A. F. Frias)

Deste modo os livros, a leitura e a oração estão no centro da vida da comunidade, ocupam todos os seus momentos e espaços onde decorre. A atribuição principal dos cónegos é a oração (realização do ofício divino) e a leitura, quer na igreja, quer durante as refeições. Têm também o

cuidado pastoral dos fiéis, incluindo a administração de sacramentos, mas também a obrigação da assistência hospitalar e da pregação, que na Idade Média é uma importante forma de difusão de saber a populações iletradas e sem acesso ao livro. Para os cónegos prescrevem-se já aqui os textos que em cada situação devem ser lidos: as Escrituras (os *livros* e as *histórias*), sermões, homilias. Explicita-se também que a sua inspiração está nos *Santos Padres*, assim se referindo aos que, entre os séculos III-VIII, primeiro organizaram a vida nos mosteiros e cenóbios e fundamentaram ou explicaram a fé cristã na leitura da *Escritura*, interpretada a partir da mensagem Evangélica do Novo Testamento. Os capítulos sucessivos do *Costumeiro* referirão muitos dos livros e géneros literários a ler, aí residindo a explicação para a quase totalidade dos códices existentes em Santa Cruz e dos quais chegaram até nós cerca de cem, 27 dos quais nos revelam nesta Exposição o que e como liam os religiosos ao longo dos séculos.

O *Costumeiro* prescreve mesmo as leituras para dias precisos. Por exemplo:

Leiam-se, pois, à mesa, todos os domingos, a homilia e os sermões do *Evangelho* ou *Epístola* próprios do dia. Evite-se, à refeição, todo o ruído e confusão, tanto quanto possível, e guarde-se, pois, silêncio, de acordo com o preceito da *Regra*: “Não apenas a boca tome o alimento, mas também os ouvidos anseiem pela palavra de Deus”. (Cap. 33; trad. A. F. Frias)

A leitura ocorre em momentos de silêncio, como também prescrito pela própria *Regra*, para aprofundar o recolhimento e a meditação no que se ouve. A refeição é simultânea e uma metáfora do alimento espiritual de que os cónegos se nutrem, escutando a leitura dos livros sagrados. Sempre em silêncio, mesmo à refeição. Esta é a razão pela qual se coloca também muito cuidado na formação e na escolha dos leitores, para que se façam entender, não se tornem vaidosos nem distraiam aqueles que devem meditar no que ouvem.

O *Costumeiro* estabelece um amplo programa de leituras, é um autêntico programa de formação, sobretudo de todos os livros da Bíblia, lidos progressivamente. Por exemplo, os capítulos finais do Livro I da Primeira Parte enumeram as leituras para os meses de agosto a novembro, começando com esta lista:

Do domingo próximo do dia 1 de Agosto até ao domingo próximo de 1 de Setembro, escolhem-se os *Livros Sapienciais*, ou seja, as *Parábolas de Salomão* os primeiros oito dias, o *Eclesiastes* com o *Cântico dos Cânticos* outros oito dias, *Diligite iusticiam* [*Livro da Sabedoria*] outros oito dias e *Omnis sapientia* [*Eclesiástico*] outros oito dias ou mais, se for necessário. (Cap. 189; trad. A. F. Frias)

Os meses sucessivos prosseguem o plano de leituras: na primeira quinzena de setembro terminam os sapienciais com o livro de *Job*, na segunda quinzena começam os livros históricos com *Tobias*, *Judite*, *Ester*, *Esdras* *Neemias*, prosseguindo outubro com os livros dos *Macabeus*, e de novembro até ao Advento regressavam aos proféticos com *Ezequiel*, *Daniel* e *Baruc*. A ordenação dos livros é particular, mas destina-se a fazer coincidir alguns livros com certos períodos do calendário. Por exemplo, as três primeiras leituras do *Apocalipse*, o livro da *Revelação*, são lidas no dia de S. João Evangelista, considerado o seu autor, leitura que se repete na festa seguinte, dedicada ao nascimento dos inocentes. Outras passagens desse livro são lidas em outros dias festivos ao longo do ano, o mesmo acontecendo para outros livros. Assim, a leitura da *Bíblia*, acompanhada da leitura de comentários, homilias e outros livros que a explicam, é completada no ciclo do ano e repetida a cada ano. A cada ano há uma revelação integral do texto dos dois testamentos.

Este programa de leituras e os diferentes ofícios ordinários ou para as festas exigiam que o Mosteiro tivesse um considerável número de livros. A sua utilização permanente provocava também desgaste e deterioração, que obrigavam a reparações ou à sua substituição regular. Mesmo assim alguns mantiveram-se em uso durante

séculos, o que mostra o quão resistentes e perduráveis eram os livros medievais, apesar de sujeitos a tão intenso manuseio (numa nota adicionada no códice 78, não exposto, dão-se instruções para que o sacristão não empreste *Saltérios* para os jovens leigos os lerem na cama). Do aprovisionamento de livros cuidaram os primeiros priores, encontrando os códices que queriam reproduzir e mantendo ao serviço um *scriptorium* para a sua cópia e produção local. Para o preservar e disponibilizar normalmente eram guardados na sacristia ou no claustro. Só mais tarde deve ter sido constituída uma Biblioteca, que já existia no século XVI, com o reflorescimento do Mosteiro.

Próprio Mosteiro também doava os livros necessários a cada mosteiro que fundava e ao longo do tempo fundou vários, assim como mantinha múltiplas igrejas que precisavam também dos seus livros. Assim, não só a leitura, mas também a própria produção dos livros era uma atividade permanente em Santa Cruz, o que implicava uma constante circulação de obras copiadas ou a copiar e a consolidação de um saber técnico muito especializado, passado de geração em geração, que incluía a produção do pergaminho (mais tarde o papel), a sua preparação em cadernos para poder ser escrito e decorado usando tintas de cópia do texto ou de decoração, que também deveriam ser produzidas localmente, assim como todos os elementos necessários para as complexas e pesadas encadernações. É provável que em algumas épocas estes materiais fossem comprados pelo Mosteiro, ou que simplesmente fossem comprados os códices já prontos. Por exemplo, o papel, que é a matéria de alguns códices mais tardios copiados em Santa Cruz (do século XIV em diante), deveria ser comprado e não produzido localmente. Tudo isto faz do livro um objeto caro e raro, de produção lenta e, sobretudo, dependente do acesso a um exemplar de onde copiar um novo livro. Sem a conjugação de todas estas circunstâncias não há novos livros. Se não existir o livro de que se precisa, é preciso pedi-lo ou ir onde ele esteja para o copiar.

## OS PRIMEIROS LIVROS

**N**a *Vida de D. Telo* (ed. A. A. Nascimento) conta-se o longo percurso de alguns dos primeiros livros de Santa Cruz, provenientes de S. Rufo de Avinhão. Em 1135 o diácono Domingos traz o *Costumeiro*. Em 1137 o cónego Pedro Salomão é enviado com um ajudante a este Mosteiro onde é acolhido e recebe tudo o necessário «para escrever tanto os *Costumeiros* como outros livros». Em 1139 regressa a S. Rufo onde permanece quase um ano inteiro «para ver se nos faltava alguma coisa quer no *Costumeiro* quer relativamente à ciência eclesiástica». Há, pois, um extremo cuidado em prover o Mosteiro de todos os numerosos livros cuja leitura o *Costumeiro* ordenava, mas indo buscar os seus modelos ao coração da reforma gregoriana, não à tradição visigótica até então prevalecente na Península e que com este movimento será abandonada. A própria escrita e programa de decoração dos códices é revolucionada. O hagiógrafo de D. Telo tem o cuidado de enumerar os livros que Pedro Salomão copia (ou faz copiar, não sabemos) e traz para Santa Cruz em 1139: um Capitulário, um Antifonário e um conjunto de comentários a livros bíblicos que vale a pena enumerar: de Santo Agostinho comentários *Sobre o evangelho de João*, *Sobre o Génesis à letra*, *Questões sobre Mateus*, *Questões sobre Lucas*, de Santo Ambrósio o *Comentário sobre o Exaameron*, o *Acerca de penitência* do mesmo e o *Liber pastoralis* que também se lhe atribui e, por fim, de Beda o *Comentário sobre Lucas*.

**É** um testemunho notável, por múltiplas razões. Em primeiro lugar porque explicita a dependência doutrinal e literária de Santa Cruz em relação a S. Rufo de Avinhão, também confirma o programa explícito de Santa Cruz, desde o seu início, de ter os livros necessários para a leitura como estabelecido nos *Costumeiros*, em terceiro, torna patente a importância dos comentários aos livros bíblicos por autores da patrística e, em quarto lugar, porque aponta para um códice preciso, ainda hoje no fundo de Santa Cruz. De facto, o códice 58 de Santa Cruz (**Núcleo 2, n.º 1** tem todos estes comentários, numa escrita e usando técnicas da primeira metade do século XII, podendo ser o próprio códice trazido por Pedro Salomão.

**P**ara Santa Cruz não temos informações precisas sobre o *scriptorium*, o local onde eram copiados os livros, e as técnicas que nele foram sendo usadas. A melhor fonte de informação são os próprios códices e alguns deles têm dados preciosos não só pelas técnicas que usam, mas porque alguns copistas terminam o seu trabalho indicando o seu nome, quando copiaram os livros, para quê, ou a pedido de quem. Esses códices permitem identificar e datar outros que usam técnicas e particularidades de escrita semelhantes. Sabemos mesmo assim que nem todos os códices do mosteiro foram lá copiados, mas foram comprados fora, de que é o exemplo, entre outros, o códice 88 (não exposto), do século XIV ou XV, pertencente ao cantor-mor de Santa Cruz e que foi comprado em Veneza em 1712, como se pode ler numa cuidada anotação no fólio IVr. O fundo subsistente de Santa Cruz é muito reduzido se comparado com os códices que sabemos que existiram ao longo da História do Mosteiro. Foram muitos os que se estragaram, se perderam, foram desmembrados ou danificados, ou nunca foram devolvidos por quem os levava. Por isso a coleção de códices não é extensa o suficiente para se poder fazer uma história do *scriptorium* e da biblioteca ao longo dos sete séculos de funcionamento ininterrupto do mosteiro. A partir do século XVI a biblioteca incorpora sobretudo livros impressos (o que levou ao abandono da produção ou uso dos livros manuscritos), tendo o mosteiro instalado a sua própria tipografia, uma das poucas então em serviço permanente em Portugal, mas também a larga maioria dos seus livros era de tipografias estrangeiras. A biblioteca destes impressos é completamente diferente da de livros manuscritos, muito diversificados em temas e conteúdos. A outra grande diferença é que os livros manuscritos se organizam em torno de um livro fundador e fecundo para a vida do Mosteiro: a Bíblia.

## A BÍBLIA: LIVRO REVELADO QUE REVELA

**N**a cultura monástica antiga e medieval há um livro que se sobrepõe a todos os outros: a Bíblia. *Biblía* é em grego o plural do termo grego *biblíon* (βιβλίον) que significa livro. O termo no plural foi progressivamente utilizado por judeus influenciados pela cultura grega para designar o conjunto dos seus livros religiosos, passando os cristãos, por volta do final do século IV, a utilizá-lo para designar o conjunto dos livros que compõem o Antigo Testamento e o Novo Testamento, numa altura em que os livros ainda eram copiados sob a forma de rolo, que é também um dos significados do termo *biblíon*. Na Idade Média latina, quando os livros já tinham o formato de códice (que é ainda o formato dos livros atuais), também se usava o termo *Bibliotheca* para designar a Bíblia. Seja qual for o termo usado, ele indica um conjunto de livros, passando a ser usado no singular: a *Bíblia*.

**P**ara os cristãos a Bíblia é um livro revelado não a um mas a múltiplos escritores, composto em duas partes principais: o *Antigo Testamento* (conjunto de livros que coincidem com a *Torah* dos judeus, incluindo os 5 livros do Pentateuco, 18 livros proféticos, 7 livros sapienciais, 19 livros históricos) e o *Novo Testamento* (onde se recolhe a mensagem de Jesus Cristo e dos seus primeiros seguidores, agrupando os 4 Evangelhos, os Atos dos Apóstolos, 22 Epístolas ou Cartas dos Apóstolos, e o livro da *Revelação* ou *Apocalipse*). Estes diferentes textos foram sendo traduzidos do hebraico e do grego para latim ao longo do tempo e seria Jerónimo de Stridon (c. 347-420), um culto cidadão romano da Ilíria, que criaria a versão canónica da Bíblia. Numa altura em que circulavam várias versões, Jerónimo dedicou-se a traduzir para latim, ou a rever traduções existentes, até reunir todo o texto, excluindo alguns considerados apócrifos, a que adicionou prefácios explicativos para vários livros ou conjuntos de livros. Essa versão uniformizada seria progressivamente adotada pelas igrejas cristãs latinas e ficaria, após o Renascimento, conhecida como *Bíblia vulgata*. É essa a versão da Bíblia, incluindo os prefácios de Jerónimo, que os irmãos (*fratres*) da comunidade

de Santa Cruz leem em comunidade e em privado, copiam, estudam e também explicam na sua atividade pastoral (**Núcleo 1, n.ºs 1, 2 e 3**). (Sobre a Bíblia na Idade Média, cf. texto de M. L. Fernandes).

**P**ara os crentes, a Bíblia impõe-se pela sua autoridade, sendo considerada um texto revelado por Deus, aos diferentes escritores daí o título *Bíblia sacra*, *Bíblia sagrada*, *Livros sagrados*. Daqui resulta a sua autoridade, ao mesmo tempo inquestionável e que necessita de interpretação. Este paradoxo de um texto de autoridade, mas que precisa de ser interpretado, sendo as interpretações por vezes contraditórias entre si, exigia uma teoria da interpretação, que os cristãos desenvolveram prolongando a tradição judaica de interpretação do seu livro sagrado, incorporando também muita da tradição grega de interpretação das obras de Homero e de textos das diferentes religiões, encontrando diferentes sentidos sobrepostos numa mesma passagem. A tradição cristã latina fixaria os seus próprios modos de compreensão dos sentidos da Bíblia, que indicam formas não contraditórias, mas coerentes e consonantes de interpretar cada texto, cada passagem: sentido literal, sentido histórico, sentido moral, sentido anagógico. A hermenêutica do texto bíblico tem um extraordinário desenvolvimento e sistematização na Idade Média.

**A** *Bíblia* constituía, portanto, o texto orientador, de onde deveria ser extraído tudo o que fosse necessário à orientação da ação humana, sobretudo na sua dimensão moral e de anúncio da vida futura, razão pela qual na vida consagrada à oração dos mosteiros deveria ser lida em todos os momentos. Por outro lado, é um texto que necessita de mais do que simples leitura, precisa de ser interpretado em busca da melhor inteligência da mensagem ou mensagens que se escondem sob formas de expressão que não são evidentes a uma primeira leitura ou escuta humana.

**A** biblioteca de Santa Cruz resulta justamente desta complexa natureza do texto bíblico e da sua receção pela comunidade cristã, que os núcleos desta exposição exemplificam: a Bíblia é um texto por si mesmo (núcleo 1: Bíblia), que precisa de ser interpretado e explicado (núcleo 2: Doutrina sagrada), alimentando uma série de obras que a fragmentam em leituras divinas para vários

momentos e situações (núcleo 3: Leituras do ofício divino), servindo uma das suas partes para ensinar a ler e como livro de leitura ou canto contínuos (núcleo 4: Saltérios), para além de inspirar a própria organização da vida quotidiana do mosteiro (núcleo 5: Costumeiros e História do Mosteiro). A totalidade dos cerca de 100 códices subsistentes de Santa Cruz podem ser todos distribuídos por estas funcionalidades que têm na Bíblia o seu núcleo organizador.

### LER E INTERPRETAR, OU REVELAR

O texto das bíblias medievais está bem estabilizado e desde S. Jerónimo não tem variações, aparte alguns erros de copista e uma ou outra tradição regional na ordenação de livros do Antigo Testamento, ou da inclusão ou exclusão de prefácios explicativos. As grandes diferenças são de natureza material, porque códices de grandes dimensões precisam de dois ou mais volumes para a totalidade da Bíblia. O códice 1 de Santa Cruz (**Núcleo 1, n.º 1**), de grandes dimensões e que exigiu a pele de 183 carneiros para ser copiado, tem apenas o *Antigo Testamento*, pelo que o *Novo Testamento* deveria estar copiado em outro volume de que restam apenas as belíssimas tabelas de cânone dos Evangelhos sinópticos (Mateus, Marcos e Lucas), que não chegaram a ser escritas e subsistem em 4 bifólios que foram guardadas no final do códice 1 (**Núcleo 1, n.ºs 1b e 1c**). Os códices 2 e 3 (não expostos), também de grandes dimensões, embora menores, são do século XII, complementam-se entre si e deveriam pertencer a uma Bíblia em vários volumes, com um programa decorativo mais simples e não é improvável que tenham já sido copiadas em Santa Cruz. Cada um desses códices tem apenas uma parte do Antigo Testamento e seriam precisos mais 2 ou 3 volumes de dimensões semelhantes para completar todo o texto bíblico. Já os códices Ms. 47 e Ms. 621 (**Núcleo 1, n.ºs 2 e 3**), que poderão ter pertencido a Santa Cruz, testemunham uma revolução na cópia da Bíblia ocorrida no século XIII em meio universitário, onde os estudantes de Teologia necessitavam de aceder ao texto integral e em permanência. É em Paris, onde estas foram copiadas, que têm origem as bíblias em volumes de pequeno formato mas com o

texto integral. O texto compacto, escrito em módulo muito reduzido, copiado com penas muito afiadas, permite fazer volumes de pequenas dimensões, ao mesmo tempo que é adotado um sistema de numeração de versículos e índices para mais fácil referência e citação. Estes códices de origem francesa mostram que Santa Cruz de Coimbra acolheu, se não na cópia, pelo menos no uso, a nova forma de transmitir e de apresentar o texto bíblico, devendo estes exemplares ter estado em uso durante largo tempo, mas para estudo. Não é só a escrita que evoluiu; também a decoração tem alterações sensíveis na passagem das bíblias de grande formato para os volumes compactos. (Sobre a decoração dos códices bíblicos, assim como dos restantes códices, ver o texto de L. C. de Sousa - M. A. Miranda - M. J. Melo).

Os prefácios de S. Jerónimo que encontramos em alguns desses códices forneciam contextualização e algumas orientações explicativas para a compreensão de livros ou conjuntos de livros. Mas não eram suficientes para os leitores interpretar os sentidos possíveis do texto bíblico e obterem uma explicação coerente de livros em que, por vezes, as histórias e ditos parecem contradizer-se ou ter uma moral de difícil apreensão. Precisamente por essa razão os Padres fundadores do Cristianismo (séculos II a VIII) escreveram inúmeras obras de comentários sobre livros do Antigo ou do Novo Testamento, alguns dos quais existem no fundo de Santa Cruz e podem ser vistos no segundo núcleo (**Núcleo 2, n.ºs 1, 2, 3, 6, 7, e 8**). Estes textos eram obras de estudo, mas eram também lidas durante as refeições ou em encontros da comunidade. Como veremos, o *Costumeiro de Santa Cruz* indica vários momentos e ocasiões em que estes livros deveriam ser lidos à comunidade, para sua formação e meditação. Como bem se compreende por terem adotado a *Regra* que lhe é atribuída, em Santa Cruz há predileção pelos comentários de Santo Agostinho (**Núcleo 2, n.º 1**), que tinham sido extensamente usados em compilações por autores dos séculos VII-IX, também eles muito apreciados em Santa Cruz de Coimbra e subsistentes em alguns dos seus códices (**Núcleo 2, n.ºs 3 e 7**). A predileção por S. Jerónimo explica-se por ser não só o tradutor da Bíblia para latim, mas por ser também uma autoridade na sua explicação.

Nessas obras de comentário os autores eclesiásticos antigos e medievais desenvolveram minuciosas leituras do texto bíblico, teorizando mesmo a sua interpretação. Para além dos muitos comentários, sermões e cartas de explicação de livros ou passagens bíblicas, Santo Agostinho dedicou uma extensa obra à teoria da interpretação do texto bíblico, o *Acerca da doutrina cristã*, em quatro partes. Com reverência admira a densidade e obscuridade do texto bíblico, por ser palavra divina revelada, que exige cuidada aplicação (*studio*) e trabalho interpretativo, para entender os seus sentidos possíveis. A desproporção entre a densidade da palavra divina e a superficialidade da palavra humana exige ao homem uma longa preparação escolar e literária até estar em condições de poder compreender o texto revelado, nunca de forma completa, mas sempre por aproximações, nunca esgotadas ou totais. O *Acerca da doutrina cristã* não existe em Santa Cruz, mas no códice 51 (não exposto) subsiste um breve resumo de uma parte dessa obra onde Agostinho discute o *Livro das regras* de Ticónio, para «compreender todas as partes obscuras das Escrituras» ou os seus significados escondidos. Agostinho vai ainda mais longe e defende que o cristão deve socorrer-se de todas as ciências dos pagãos quando elas forem úteis para compreender fenómenos e palavras usados por Deus na sua revelação. Aliás, essas ciências só são úteis para isso, mas é já o suficiente para justificar que os mosteiros tenham nas suas bibliotecas obras sobre todas as artes liberais, incluindo a gramática, a dialética, a retórica, a aritmética, a geometria, a astronomia e a música, todas elas, segundo Agostinho, indispensáveis para uma mais completa compreensão da Sagrada Escritura. Isidoro de Sevilha (c. 560-636) compôs em *As Etimologias* (**Núcleo 2, n.º 4**) uma enciclopédia em vinte livros onde reúne todos estes saberes úteis ao cristão, incluindo a explicação da natureza do próprio texto bíblico, no seu Livro VI sobre “Os livros e ofícios eclesiásticos”.

Um dos poucos exemplos da nova Teologia do século XIII no fundo de Santa Cruz que se ocupa desta questão da interpretação da Escritura e de como dela se retira a totalidade dos dogmas da religião é o *Brevilóquio dos artigos da fé e do entendimento da Sagrada Escritura* (no

códice 57, não exposto). Aí o frade franciscano S. Boaventura de Bagnoregio (1221-1274) apresenta a Sagrada Escritura como fonte, desenvolvimento e fim da Teologia, daquela deduzindo a totalidade dos dogmas cristãos. A Teologia e a Sagrada Escritura (a revelação) são como dois círculos, completos e fechados, que se sobrepõem e coincidem em amplidão, em extensão, em sublimidade, em profundidade, sendo necessário conhecer bem o modo de proceder e de expor das Escrituras para delas poder retirar todos os preceitos da doutrina cristã.

Uma aproximação diferente, mas sempre procurando na Escritura a totalização de um saber, é a que encontramos na *História Escolástica* de Pedro Comestor, autor do século XII, que aí compõe uma súpula da *Bíblia* para estudantes (**Núcleo 2, n.º 5**), neste caso centrando-se nos factos históricos que nela se relatam e que oferecem um modelo para todas as crónicas e relatos históricos. No fundo de Santa Cruz não subsistem as chamadas *Bíblias dos pobres*, que são códices ricamente decorados, com texto reduzido nos quais a narração bíblica é substituída pela sua representação em sucessivas miniaturas, acompanhadas de pouco texto. Algumas iniciais historiadas das bíblias de Santa Cruz, sobretudo no Génesis, exemplificam levemente como eram essas outras bíblias para ver, não tanto para ler. Nessa leitura a fruição está no olhar, não no ouvir e meditar.

## LEITURAS DISTRIBUÍDAS NO QUOTIDIANO

Sabemos da intensidade e ritmo diário das leituras, mas não sabemos como é que o estudo da Escritura estava organizado em Santa Cruz. Para além das bíblias, os textos manuscritos que subsistem até ao século XVI são sobretudo de interpretação clássica, pelo que o estudo se deveria fazer sobretudo pela leitura de interpretações exemplares dos Padres fundadores, como prescrito no *Costumeiro*. Esse estudo seria profundamente renovado no século XVI com o ensino em Santa

Cruz das línguas bíblicas, o hebraico, o grego e o tradicional latim, sendo provavelmente dessa época a entrada no Mosteiro do códice do século XIII que contém o *Comentário ao Pentateuco* (**Núcleo 2, n.º 2**), em hebraico, por Abraham Ibn Ezra, autor peninsular do século XI-XII.

**P**ara as diferentes leituras os livros circulavam pelas dependências do mosteiro, principalmente a igreja, o coro, o capítulo, a sacristia e o refeitório. Um leitor escolhido lia e a comunidade permanecia em silêncio, imperturbável e imperturbada, para interiorizar e meditar o texto lido em voz alta para todos. A leitura individual fazia-se em silêncio, consagrando-se assim essa invenção do início da Idade Média que é a leitura silenciosa, em substituição da leitura murmurada ou em voz audível praticada na antiguidade e que os mosteiros e a invenção da separação de palavras (na antiguidade não havia espaços entre palavras) contribuíram para abandonar. É nos mosteiros que a leitura silenciosa se desenvolve por exigência da vida comunitária e do texto como mediador da meditação. A leitura não é um fim em si mesma, eleva o espírito e para os cónegos de Santa Cruz ela deve prolongar-se pela exposição aos fiéis na pregação, também aprendida pelo exemplo da leitura de sermões ou homilias (**Núcleo 2, n.ºs 6 e 8; Núcleo 3, n.º 6**). Antes disso, para o próprio religioso a leitura ou a escuta da leitura prolonga-se pela meditação ou outros exercícios interiores. A aprendizagem da leitura, da meditação e da ligação dos textos à vida é longamente treinada pelo contacto com os *Salmos* (**Núcleo 4, n.ºs 1, 2, 3 e 4**), que podiam também ser cantados. O *Saltério* é o livro mais usado individualmente nos mosteiros, por isso dispunham de múltiplos exemplares em utilização permanente. O uso intenso dos *Salmos* permitia a sua memorização ao fim de algum tempo, ou pelo menos dos mais recitados, daí a expressão portuguesa “saber de cor e salteado”, saber pelo coração e como se sabe o *Saltério*. Os múltiplos serviços religiosos diários nos mosteiros incluíam a leitura de passagens específicas do texto bíblico, seleccionadas e reagrupadas segundo cada ritual ou a intenção específica de cada festa ou dia da semana, constituindo géneros específicos de livros pelos quais se reparte a *lectio divina* nos ofícios religiosos, entre outros: epistolários (**Núcleo**

**3, n.ºs 1, 2, 3 e 4**), evangeliários (**Núcleo 3, n.ºs 5 e 7**), homiliários (**Núcleo 3, n.º 6**), breviários e missais (**Núcleo 3, n.º 8**).

**N**a vida em mosteiro a leitura é apenas o primeiro degrau, o mais exterior de todos, de um esforço de elevação espiritual, como lemos no início de *A escada dos claustrais*, de Guigo II, o Cartuxo, autor do século XII:

Um dia, quando estava ocupado a trabalhar com as minhas mãos, comecei a pensar no nosso trabalho espiritual e, de repente, vieram-me à mente quatro degraus do exercício espiritual: a **leitura**, a meditação, a oração e a contemplação. Estes formam para os monges uma escada pela qual se elevam da terra para o céu. A **leitura** é o estudo cuidadoso das Escrituras, concentrando nela todas as suas forças. A meditação é a aplicação atenta da mente para procurar, com a ajuda da própria razão, o conhecimento da verdade oculta. A oração é o voltar-se, com a devoção do coração, para Deus, a fim de afastar o mal e obter o bem. A contemplação é quando a mente é, de alguma forma, elevada a Deus e mantida acima de si mesma, de modo a saborear as alegrias da doçura eterna. (...)

**E** Guigo explica de forma ritmada e ascensional como tudo começa pela leitura, para sair dela:

A **leitura** procura a doçura de uma vida bem-aventurada, a meditação percebe-a, a oração pede-a, a contemplação saboreia-a. A **leitura**, por assim dizer, põe o alimento inteiro na boca, a meditação mastiga-o e parte-o, a oração extrai-lhe o sabor, a contemplação é a própria doçura que alegra e refresca. A **leitura** trabalha no exterior, a meditação na medula, a oração pede-nos o que desejamos, a contemplação dá-nos o prazer da doçura que encontramos. (Guigo II, o Cartuxo [séc. XII], *A escada dos claustrais*, caps. 1 e 2)

Os cónegos de Santa Cruz não vivem em clausura como os cartuxos, mas idealmente praticam a leitura do mesmo modo, tendo adicionalmente a obrigação do trabalho pastoral nas igrejas, devendo pregar ao povo. Daí que no *Costumeiro* realce mais o dever de explicar a Escritura, do que o de guardar para si a meditação sobre o seu sentido:

Lembre-se, pois, o clero (...) de recitar a Deus, com aplicação, os hinos solenes assim como de cantar os responsórios adequados a cada tempo, tal como estão clara e distintamente anotados e corrigidos, a fim de que o que pelo Espírito Santo é ministrado e contido nas *Sagradas Escrituras*, perdure nos ouvidos do povo, na presença de Deus omnipotente. Que os leitores proclamem, clara e distintamente, os livros sagrados e canónicos do *Antigo Testamento*, lidos segundo a ordem do tempo, a fim de serem entendidos pelo povo de Deus. (*Costumeiro de Santa Cruz*, cap. 103; trad. A. F. Frias)

Esta passagem permite-nos compreender que, para os cónegos, os livros úteis se organizam em torno da *Escritura*: ou contêm o seu texto, ou o explicam, ou o transformam em oração. Os livros prosseguem a revelação da verdade divina e os cónegos devem pôr todo o cuidado na sua transmissão, lendo-os ordenadamente, para que o povo também os entenda.

Depois de séculos de tribulação e não pouco descuido, os Códices da Livraria de Mão de Santa Cruz de Coimbra foram recolhidos por Alexandre Herculano para a Real Biblioteca do Porto, onde há quase dois séculos são custodiados com cuidada atenção, esmero e reverência. Mesmo aqueles menos conhecidos são um tesouro precioso, um património artístico, cultural e literário que, para usufruto do conhecimento e da cultura, deveriam estar em constante revelação.



## BIBLIOGRAFIA

Cavallo, G., Chartier, R. (eds.) (1997), *Histoire de la lecture dans le monde occidental*, Paris: Éd. du Seuil.

Frias, A. F., Costa, J., Meirinhos, J. (eds.) (2001), *Santa Cruz de Coimbra: a cultura portuguesa aberta à Europa na Idade Média*, Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Nascimento, A. A. (ed.) (1998), *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra: vida de D. Telo, vida de D. Teotónio, vida de Martinho de Soure*, Lisboa: Colibri.

Nascimento, A. A., Meirinhos, J. (org.) (1997), *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*, Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Sousa, I. C. de, Miranda, M. A., Melo, M. J., "Scriptorium e biblioteca de Santa Cruz de Coimbra", in Rosas, L., Botelho, M. L., Barroca, M. (coord.), *Enciclopédia do Românico em Portugal*, vol. III, Aguilar de Campo: Fundación Santa María la Real, 2023, pp. 1667-1680.